

Elisabete Figueiredo
(Coordenação Geral)

Elisabeth Kastenholz
M^a Celeste Eusébio
M^a Cristina Gomes

M^a João Carneiro
Paulo Batista
Sandra Valente

O Rural Plural

olhar o presente, imaginar o futuro

TERRITÓRIOS
da MUDANÇA

100 LUZ

Colecção Territórios da Mudança

Dirigida por

Elisabete Figueiredo

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Fernando Oliveira Baptista

Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural
do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Ficha Técnica

Título: O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro

Organização: Elisabete Figueiredo (Coordenação Geral)

Elisabeth Kastenholz, M^a Celeste Eusébio, M^a Cristina Gomes,
M^a João Carneiro, Paulo Batista e Sandra Valente

Colecção: Territórios da Mudança

Dirigida por: Elisabete Figueiredo e Fernando Oliveira Baptista

Capa: João Branco | 100LUZ

Design: João Branco | 100LUZ

Edição: 100LUZ | editora@100luz.pt | www.100LUZ.pt
Castro Verde - Alentejo (Portugal)

1^a edição
Setembro 2011

Impressão: 100LUZ \ Gráfica Comercial - Loulé

ISBN: 978-989-8448-06-4

Depósito Legal: 332151/11

Apoio à edição:

Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

Universidade de Aveiro

O Rural Plural

olhar o presente, imaginar o futuro

Elisabete Figueiredo
(Coordenação Geral)

Elisabeth Kastenholz M^a João Carneiro
M^a Celeste Eusébio Paulo Batista
M^a Cristina Gomes Sandra Valente

100LUZ

ÍNDICE

- 13 - Introdução: Um rural cheio de futuros?
Elisabete Figueiredo

I Parte: Olhar os Futuros do Mundo Rural

- 49 - 1. Os contornos do rural
Fernando Oliveira Baptista
- 59 - 2. Futuros do mundo rural português: de espaço produtor a espaço produzido: mercados emergentes e neo-rurais
António Covas

II Parte: Agricultura, Produtos Locais e Desenvolvimento Rural

- 73 - 1. Globalização e reconfiguração da agricultura local. Processos de construção do solar da pêra rocha no Oeste (Portugal)
Mónica Truninger e Dulce Freire
- 91 - 2. Papéis e significados da produção para o autoconsumo na agricultura familiar
Cátia Grisa
- 105 - 3. Juntar a fome à vontade de comer. Ligação entre o turismo rural e os produtos agro-alimentares regionais na Serra da Estrela
Catarina Vieira e Elisabete Figueiredo
- 121 - 4. Por que a diversidade é importante? Agrobiodiversidade e conservação da natureza numa área protegida da Amazônia brasileira
Flávio Barros e Luís Vicente

133 - 5. A produção biológica e desenvolvimento das regiões
Manuela Natário, Ascensão Braga, Constantino Rei

147 - 6. A sustentabilidade das explorações leiteiras do Entre Douro e
Minho – o uso de indicadores sintéticos de sustentabilidade, da
estatística espacial e dos SIG
José Santos

III Parte: Turismo, Património e Desenvolvimento Rural

163 - 1. Revitalizando pequenas comunidades rurais através da arte e
da cultura: tendências e correntes internacionais
Nancy Duxbury

175 - 2. Aldeias vinhateiras, aldeias vivas?
Artur Cristóvão, Vera Medeiros e Rosário Melides

139 - 3. O papel dos Grupos de Acção Local (GAL) no desenvolvimento
do turismo em áreas rurais em Portugal
Gorete Dinis, Emese Panyik e Zélia Breda

203 - 4. Análise da relevância do empreendedorismo estilo de vida para
o desenvolvimento na oferta de turismo em espaço rural
Conceição Cunha, Elisabeth Kastenholtz e Maria João Carneiro

215 - 5. Quem procura o turismo no espaço rural? Especificidades do
mercado da Região Centro de Portugal
Celeste Eusébio e Elisabeth Kastenholtz

231 - 6. O papel da nostalgia para o turista norte americano no espaço
rural Europeu
Áurea Rodrigues, Elisabeth Kastenholtz e Duarte Morais

245 - 7. A percepção dos residentes de espaços naturais dos impactes
do turismo: o caso da Serra da Estrela
Chris Anderson de Souza e Celeste Eusébio

259 - 8. Velhas e novas colonialidades sobre os espaços rurais: uma
leitura a partir do caso Algarvio
Vanessa Duarte de Sousa

IV Parte: Planeamento do Território e Políticas de Desenvolvimento Rural

- 275 - 1. Caminhos possíveis do rural em Portugal: As prioridades do novo programa de desenvolvimento rural
Paulo Batista e Elisabete Figueiredo
- 291 - 2. Presente e futuro do desenvolvimento rural-territorial: novas formas de governação na programação 2007-2013
Maria Adosinda Henriques
- 303 - 3. La política de desarrollo rural en México: entre la economía de mercado y el desarrollo sustentable,
Maria Elena Serrano Flores e Dora María Sangermán-Jarquín
- 315 - 4. Programas e sistemas de incentivos europeus com incidência na actividade turística em espaço rural. O exemplo do PRIME (Portugal, 2000-2006)
Susana Silva e Paulo Carvalho
- 329 - 5. O programa de agroindustrialização da agricultura familiar no Brasil: elaboração, implementação e resultados alcançados
Valdemar João Wesz Junior
- 343 - 6. Perspectivas de gestão e políticas de valorização do território na Cordilheira Central
Gonçalo Poeta Fernandes
- 355 - 7. Planeamento e gestão sustentável do território: aplicação da metodologia WOCAT no concelho de Mação
Sandra Valente, João Soares e Celeste Coelho
- 369 - 8. Integração das variáveis de natureza social na avaliação do risco de incêndio florestal na região de Trás-os-Montes e Alto Douro
Marisa Rodrigues, José Castro e Orlando Rodrigues

A PRODUÇÃO BIOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES: O CASO DA BEIRA INTERIOR NORTE

Manuela Natário

Instituto Politécnico da Guarda, m.natario@ipg.pt

Ascensão Braga

Instituto Politécnico da Guarda, sbraga@ipg.pt

Constantino Rei

Instituto Politécnico da Guarda, cmrei@ipg.pt

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural tem sido um dos importantes temas da agenda dos governos, uma vez que as regiões rurais enfrentam problemas que se reflectem no enfraquecimento da coesão territorial dentro do país, nomeadamente o declínio e idade avançada da população, bem como o seu distanciamento relativamente aos mercados e serviços (OECD, 2006). Os problemas são também evidentes em termos de oportunidades de emprego, com declínio no emprego agrícola. Apesar destes desafios, as regiões rurais não são sinónimos de declínio, na medida em possuem um potencial económico diverso não aproveitado e que poderia ser melhor explorado, contribuindo para melhorar o bem-estar dos cidadãos rurais e para o desenvolvimento nacional como um todo.

Neste contexto, a agricultura biológica assume-se como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, permitindo-lhes interromper o seu ciclo de declínio. Relativamente à Beira Interior Norte, esta é uma região caracterizada por envelhecimento da população e baixa densidade populacional, com forte predomínio de actividades agrícolas. Apesar do crescente abandono, em especial das classes mais jovens, esta actividade continua a assumir uma

relativa importância económica e social na região. Face ao exposto, o objectivo do presente trabalho é discutir o papel da agricultura biológica no desenvolvimento das regiões rurais, enquanto processo inovador a promover e a desenvolver e forma de valorizar os recursos endógenos, criar riqueza e fomentar a competitividade das zonas rurais. Além disso, pretende-se fazer a caracterização deste modo de produção na Beira Interior Norte.

Este trabalho começa com uma breve abordagem teórica ao paradigma do desenvolvimento rural assente na valorização, na exploração e na rentabilização de recursos endógenos e ao enquadramento e regulamentação da Produção Biológica. Segue-se a metodologia adoptada e a caracterização da Produção Biológica na Beira Interior Norte. Por fim, analisam-se os resultados obtidos e apresentam-se as considerações finais.

1. O DESENVOLVIMENTO RURAL UM NOVO PARADIGMA

Desde as últimas décadas do século XX que a concepção de desenvolvimento rural tem sofrido alterações em resultado da adopção crescente da abordagem endógena em detrimento da exógena. No paradigma do desenvolvimento regional endógeno o território surge como uma estratégia mais activa e interactiva, como agente de desenvolvimento integrado que valoriza os recursos locais e engloba os aspectos sociais, culturais, técnicos e económicos, bem como a participação activa de toda a população. Após uma abordagem de desenvolvimento exógeno, que encarava o "rural" articulado mas submetido à dinâmica urbana, avança-se para uma abordagem endógena (territorial) onde os contextos rurais se envolvem e articulam com outros sectores económicos na procura do seu desenvolvimento. As principais características das duas abordagens são sintetizadas na tabela 1.

Tabela 1: Modelos endógenos/exógenos de desenvolvimento rural

Características	Modelo Exógeno	Modelo endógeno
Força Dinâmica	Crescimento pelo aproveitamento das economias de escala e concentração	Crescimento pelo aproveitamento dos recursos específicos de uma região (naturais, humanos, culturais)
Meio básico	Pólos de crescimento urbano	Empresas e iniciativas locais
Função Central das áreas rurais	Produção de alimentos e matérias-primas para a economia urbana em expansão	Fornecimento de produtos e serviços diversos
Problemas chave de desenvolvimento	Baixa produtividade dos factores de produção e perifericidade física	Capacidade limitada das regiões e actores rurais para participar em actividades económicas que conduzam ao desenvolvimento socioeconómico local
Eixos prioritários do desenvolvimento rural	Indústria e especialização agrícola Estímulo à mobilidade dos factores capital e trabalho	Construção de capacidades Superação da exclusão social (pobreza)

Fonte: Adaptado de Lowe et al. (1995); Lowe (2000)

Apesar da ambiguidade e dificuldade em conceptualizar o "rural", DINIZ AND GERRY (2000) propõem 3 categorias de definições (comportamental, funcional e ecológica), inter-relacionadas e que integram as mudanças no ambiente externo, as respostas dos actores, das estruturas e das instituições rurais. O conceito de rural está associado a regiões com baixa densidade populacional localizadas em regiões que não têm um grande centro urbano (OECD, 2006).

O desenvolvimento rural aparece associado à combinação das forças locais com as políticas governamentais descendentes, atentas às dinâmicas locais de inclusão social, e que se designam de desenvolvimento territorial (SCHEUTMAN AND BERDEGUE, 2003). As estratégias de desenvolvimento económico e social a promover em territórios rurais devem assentar na preocupação de assegurar resultados aos dois níveis do binómio coesão-competitividade: criar condições de contenção do seu declínio económico e social; e incentivar os investimentos e iniciativas geradoras de desenvolvimento económico e criar factores de competitividade.

As rápidas mudanças na economia internacional confrontam as regiões com ameaças mas simultaneamente com oportunidades. As regiões rurais

enfrentam problemas que se reflectem no enfraquecimento da coesão territorial dentro do país, nomeadamente o declínio e idade avançada da população, bem como o seu distanciamento relativamente aos mercados e serviços. Os problemas são também evidentes em termos de oportunidades de emprego, com declínio no emprego agrícola, com rendimentos e níveis de qualificações inferiores às zonas urbanas, e com o sector dos serviços menos desenvolvido.

Todavia, as regiões rurais não podem ser encaradas como sinónimos de declínio, na medida em que possuem um potencial económico diverso não aproveitado e que poderia ser melhor explorado, contribuindo assim para melhorar o bem-estar dos cidadãos rurais e para o desenvolvimento nacional como um todo. Com efeito, existem zonas rurais ricas em matérias-primas, nas paisagens, nas actividades de lazer, etc. São espaços agradáveis e tentadores desde que possam infra-estruturas e acesso a serviços. No entanto, a falta de população irá pôr em causa a preservação das paisagens, tradições, culturas, actividades, e consequente desaparecimento do património cultural, social, económico e ambiental.

É necessário um novo olhar sobre a ruralidade, considerando-a como uma componente da 2ª modernidade (Covas, 2007). Esse novo paradigma assenta numa lógica de competitividade das áreas rurais e não apenas da agricultura, através da valorização dos recursos locais, exploração de novos recursos e da rentabilização de recursos e potencialidades normalmente não consideradas (OECD, 2006). Todos os actores (governos supranacional, nacional, regional e local e os *stakeholders* locais públicos, privado, ONG) são chamados a intervir e a assumir um papel activo e dinamizador e os principais instrumentos materializam-se pelos novos investimentos e não pelos subsídios, numa atitude pró-activa de desenvolvimento dos territórios.

Com efeito, o espaço rural surge como um território renovado, com diversas oportunidades (negócios, trabalho, educação e de cultura), associado a actividades de lazer, turismo e artes e, ainda, como um espaço de promoção de saúde (Covas, 2007). O desenvolvimento do mundo rural é fundamental para a equidade e coesão dos territórios, na medida em que oferece um conjunto de oportunidades que proporcionam novas dinâmicas, a criação de sinergias e parcerias bem como novas actividades integradas, passando a desempenhar um papel fundamental para a integração dos territórios, (Sampaio, 2008) e exigindo-se-lhe uma dinâmica de mudança. Neste sentido, urge apostar no meio rural e reinventar a ruralidade, implementando novas

Neste contexto é essencial dar particular atenção: i) às novas abordagens territoriais e participativas que marcam as actuais tendências de desenvolvimento dos espaços rurais; ii) à valorização dos recursos e do saber-fazer local; iii) à qualidade e segurança alimentar; iv) à (re) descoberta dos produtos tradicionais como instrumento de desenvolvimento territorial; e v) à dinamização de projectos locais e regionais que estimulem o turismo e a procura de produtos tradicionais locais de qualidade (Tieêro et al., 2008).

Assim, as políticas de desenvolvimento rural devem ser orientadas de baixo para cima, aproximando-se dos processos locais, ser de cunho territorial e não sectorial envolvendo vários sectores das economias rurais (turismo rural, manufactura, TIC, indústria, etc), para que se possa criar emprego, melhorar acessibilidades aos serviços básicos, melhorar a qualidade de vida sem descuidar a manutenção da paisagem rural e do meio ambiente evitando o abandono do território.

Para se alcançar a sustentabilidade da coesão dos territórios, o desenvolvimento rural pode envolver a aposta numa agricultura pró-activa (com indicação de proveniência geográfica,) e/ou da agricultura biológica que tem um público-alvo crescente, com características de agroecologia, biodiversidade e multifuncionalidade (Covas, 2006).

É no contexto do novo paradigma de desenvolvimento rural que a agricultura biológica se assume como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, permitindo-lhes interromper o seu ciclo de declínio e reter os recursos humanos que possivelmente poderiam abandonar as zonas rurais. Este modo de produção poderá contribuir para o aproveitamento, valorização e gestão dos recursos endógenos, bem como para a mobilização e dinamização das populações e, simultaneamente, para fomentar o desenvolvimento sustentável e a competitividade dos territórios rurais.

2. A PRODUÇÃO BIOLÓGICA

O modo de produção biológico (MPB) é definido actualmente pelo Regulamento (CE) nº 834 /2007⁸⁹, em que "a produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a

aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e o método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societal, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro lado, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural⁵⁴.

Segundo o artigo 3º deste Regulamento, a produção biológica visa essencialmente:

- Estabelecer um sistema de gestão agrícola sustentável assente no respeito pelos sistemas e ciclos da natureza, na preservação e reforço da saúde dos solos, da água, das plantas e dos animais e o equilíbrio entre eles, minimizando todas as formas de poluição, na preservação da biodiversidade e ecossistemas naturais; no uso responsável da energia e dos recursos naturais e no cumprimento das normas exigentes de bem-estar dos animais e, em especial, as necessidades comportamentais próprias de cada espécie;

- Obter produtos de elevada qualidade e produzir uma ampla variedade de géneros alimentícios e de outros produtos agrícolas que correspondam à procura, por parte dos consumidores, de bens produzidos através de processos que não sejam nocivos para o ambiente, a saúde humana, a flossanidade ou a saúde e o bem-estar dos animais.

O Regulamento supra citado estabelece também princípios específicos aplicáveis quer à agricultura biológica, quer à transformação de géneros alimentícios biológicos, quer ainda à transformação de alimentos biológicos para animais, proibindo explicitamente a utilização de OGM e de radiações ionizantes.

A agricultura biológica, situando-se preferencialmente em áreas do interior, onde a poluição não é ainda um factor de preocupação imediata, pode assumir um papel importante na fixação de populações, abrindo perspectivas de desenvolvimento em áreas outrora marginalizadas.

3. METODOLOGIA

A Beira Interior Norte (BIN) é um território do interior da região Centro de Portugal que faz fronteira com Espanha. Administrativamente, a BIN integra nove municípios do distrito da Guarda: Almeida, Calvarino, da Rã, Fátima

de Castelo Rodrigo, Guarda, Mantelgas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso com uma superfície total de cerca de 4.063 Km², distribuídos por duzentas e trinta e nove freguesias. A densidade populacional da BIN é baixa, variando entre 13,1 e 62,1 habitantes/km², sendo a média de 27,1 habitantes/km², de acordo com dados do INE (2008).

Esta região é rica em recursos hídricos (rios Côa, Mondego e Zêzere e afluentes); paisagísticos e cinegéticos; naturais e vegetais, com zonas protegidas (Parque Natural da Serra da Estrela, Reserva Natural da Serra da Malcata), em património construído e em gastronomia. Simultaneamente, apresenta fortes debilidades em termos estruturais relacionadas com a debilidade do sistema rural e urbano, com a fragilidade do tecido económico e social, com o envelhecimento demográfico e com o despovoamento, particularmente nas zonas rurais.

Faça a esta realidade e dado que na BIN as actividades agrícolas assumem uma relativa importância económica e social, o objectivo deste trabalho consiste em analisar o MPB enquanto factor diferenciador e promotor das zonas rurais de predominância agrícola e enquanto factor fixador de população. Pretende-se, ainda, fazer a sua caracterização, no sentido de identificar as suas debilidades e apontar estratégias que possam assegurar o desenvolvimento auto-sustentável do mesmo. Para concretizar este propósito utilizou-se uma metodologia quantitativa e qualitativa apoiada em fontes documentais e estatísticas e em inquéritos realizados aos produtores biológicos. A principal fonte de dados⁵⁴ utilizada neste estudo resultou de um inquérito realizado a uma amostra de 21 produtores biológicos.

4. A PRODUÇÃO BIOLÓGICA NA BEIRA INTERIOR NORTE

A Beira Interior tem sido uma das regiões agrárias mais dinâmicas no modo de produção biológico. Com apenas 23 operadores certificados em 1996 e uma área de 1638 ha, em 2005 contava já com 272 agricultores biológicos, que trabalhavam 48808 ha. Estes aumentos são consequência da expansão da horticultura. Esta, em apenas um ano, passou de 173 ha para os 331 ha, correspondendo a um aumento de 91% e ultrapassando o Ribatejo e Oeste (123 ha) que, tradicionalmente, se posiciona como principal centro abastecedor de hortícolas (Firmão, 2007).⁵⁴ Na BIN, em 2008, estavam

54 - Projecto CTB/N-SAL2-SP3-P56/03-Directório Transfronteiriço Produtores Biológicos e Artesanais (2007/08).

registrados 113 operadores em MPB, correspondendo a um aumento de 88% relativamente a 2007. Estes operadores estão mais concentrados nos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo (32%), Pinhal (19%) e Guarda (17%) (tabela 2). Na BIN, em 2007, as culturas em MPB ocupam cerca 4422,57 ha, destacando-se os sectores das pastagens (1307,87 ha), da olivicultura (761,23 ha), das culturas arvenses (633,64 ha) e a vinha (225,11 ha). Na produção animal sobressaem as espécies dos ovinos e bovinos (tabela 2).

Tabela 2: Culturas e Animais em modo de produção biológico na Beira Interior Norte em 2007

Concelhos	Número de Produtores (2008)	Culturas	Área Ocupada (ha)	Animais
Almeida	7	Horticultura Plantas forrageiras Culturas arvenses	54,05	Ovinos (139)
Celorico da Beira	2	Olivicultura, Pastagens	31,15	Ovinos (69)
Figueira de Castelo Rodrigo	36	Plantasforrageiras, Pastagens Culturas arvenses Fruticultura, Olivicultura Vinha, Frutos secos Pousio, Horticultura	1748,35	Ovinos (1227) Bovinos (47)
Guarda	19	Pastagens, Culturas arvenses Frutos secos Horticultura, Olivicultura Pousio, Vinha	827,35	Ovinos (513) Bovinos (185)
Mantigas	3	Pastagens, Culturas arvenses, Pousio	52,31	-
Meda	7	Culturas arvenses Frutos secos, Olivicultura, Vinha	85	-

Pinhal	21	Fruticultura, Culturas arvenses Frutos secos, Horticultura, Olivicultura, Pastagens, Pousio, Vinha	1138,59	Ovinos (590) Bovinos (226) Suínos (5) Equídeos (2)
Sabugal	16	Pastagens, Culturas arvenses Frutos secos, Horticultura, Olivicultura, Vinha	420,73	Ovinos (204) Bovinos (134) Caprinos (219) Suínos (6)
Trancoso	2	Frutos secos Olivicultura, Vinha, Pastagens	65,04	Ovinos (24)
Total	113		4422,57	

Fonte: GPP (2007, 2008)

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra deste estudo é constituída por 21 produtores biológicos distribuídos pelos concelhos da BIN, de onde sobressaem os concelhos de Figueira Castelo Rodrigo (52%), de Trancoso (10%), da Guarda e de Sabugal (9%). Com menor representatividade (5%) aparecem os concelhos de: Meda, Almeida, Celorico da Beira e Pinhal.

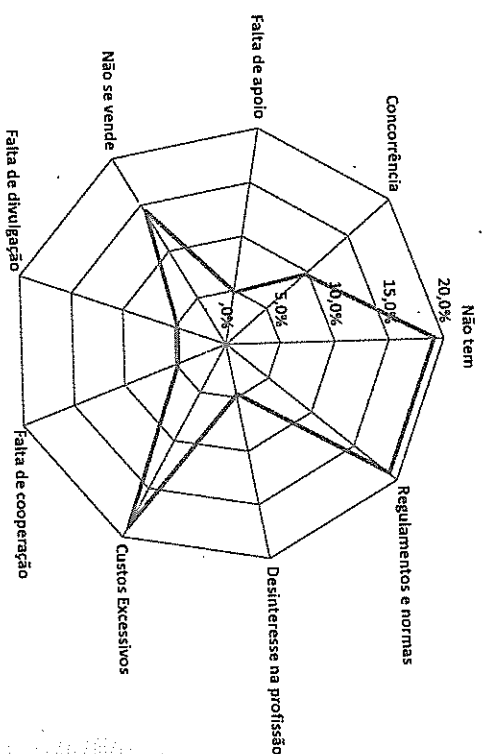
Nos concelhos analisados, o principal tipo de cultura associado ao modo de produção biológica está relacionado com a olivicultura seguindo-se o cultivo de frutos secos (amêndoa) e de alguns frutos frescos (cereja e uva). Os produtos que encontram maior registo na região, neste modo de produção, são o azeite e a azeitona, a amêndoa e o mel. Saliente-se, ainda, a existência de um operador DOP (Denominação de Origem Protegida - "Azeitões da Beira Interior") nos operadores inquiridos em modo de produção biológica e de dois operadores a iniciar o processo de reconversão. A maioria dos operadores identificados complementa a actividade da produção de azeite com outras produções.

A maioria dos operadores biológicos encontra-se registada sob a forma jurídica de produtores individuais (21/5) mas também se constata a presença

de sociedades comerciais (9,5%), de Sociedades Agrícolas (4,8%) e de Associações (4,8%). Relativamente à dimensão dos produtores em modo biológico, a maioria são de pequena dimensão com áreas inferiores a 25 ha, com um número de trabalhadores a tempo inteiro inferior a quatro e com um volume de produção inferior a 20 toneladas/ano. Existe apenas um operador que tem uma área de produção superior a 100 ha.

Os operadores em modo de produção biológica, no desempenho da sua actividade deparam-se com um conjunto de factores condicionantes, de onde sobressaem: regulamentos e exigências impostos pela União Europeia para o modo de produção biológica, elevados custos de produção, dificuldade de escoamento e comercialização do produto, não receptividade do mercado a produtos de maior qualidade mas com preços mais elevados, forte concorrência dos produtos não biológicos e a falta de apoios. No entanto, 19% dos inquiridos referem que não sentem quaisquer entraves no desempenho da sua actividade (Figura 1).

Figura 1 - Factores condicionantes do negócio

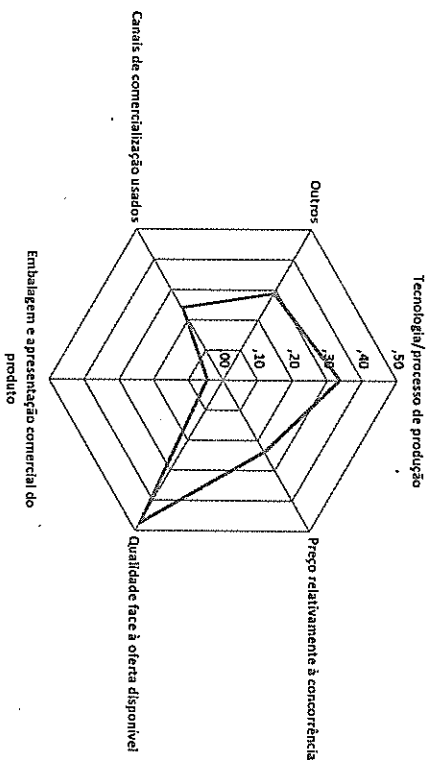


Relativamente aos factores distintivos apontados pelos operadores, o próprio modo de produção biológico é por si só um factor diferenciador na medida em que privilegia a conservação dos recursos naturais e do solo bem como a manutenção do ambiente. Outros factores distintivos apontados estão relacionados com a qualidade superior e confiança destes produtos,

ausência de químicos, artesanal, sem químicos, tecnologias recentes) e com os canais de comercialização (Figura 2).

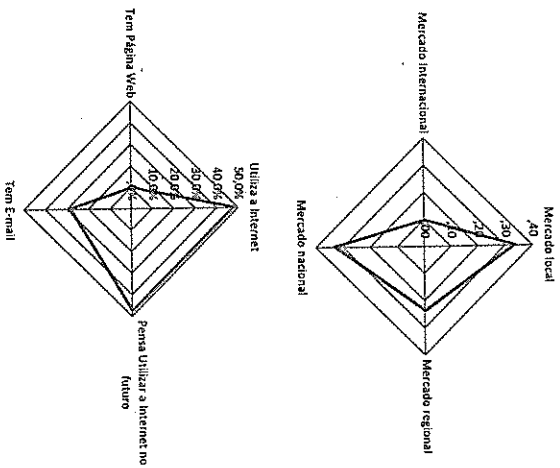
Relativamente à comercialização dos produtos, constatou-se que, no conjunto dos operadores analisados, a venda por grosso assume o maior peso (43%), 24% vendem simultaneamente por grosso e a retalho e 19% vendem apenas a retalho. Os restantes referiram que não efectuam quaisquer vendas, onde se inserem os operadores que se encontram em reconversão. As vendas por grosso são efectuadas essencialmente na exploração, a industriais e a intermediários locais e as vendas a retalho são maioritariamente feitas na exploração, directamente ao consumidor.

Figura 2 - Factores distintivos



O escoamento dos produtos é feito essencialmente para os mercados nacional e local de forma indiferenciada, mas também assume alguma importância o mercado regional. Apenas um operador vende os seus produtos para o mercado europeu: Alemanha, Bélgica (Figura 3). No que respeita, à promoção dos produtos, para a maioria dos operadores não se verificam práticas de promoção, nem em parceria, nem recorrendo a distribuidores, nem mesmo através das Associações a que pertencem. No entanto, existem 29% que promovem individualmente os seus produtos (lojas de produtos biológicos, exposições, concursos, contactos pessoais, restaurantes de luxo, provas nas feiras, clientes e Núcleo Empresarial da Região da Guarda). Refira-se, ainda, que apenas 19% dos operadores possuem infra-estruturas próprias de promoção.

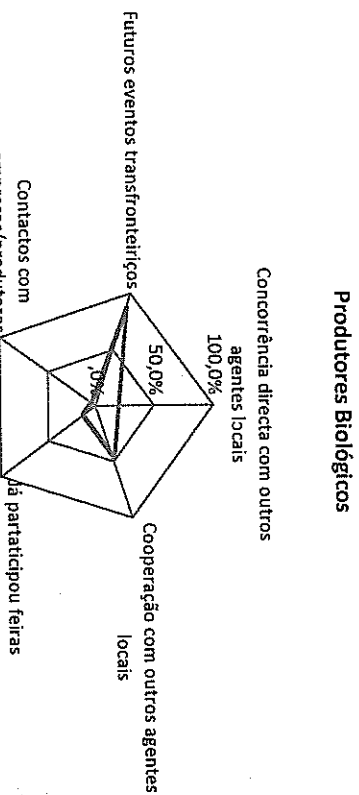
Figura 3: Principal mercado e Utilização de TIC's



Pelas práticas de diferenciação, comercialização e promoção merecem destaque 29% dos operadores com marcas próprias de comercialização e 57% com entidade certificadora. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) estão presentes no desempenho da actividade (50% dos operadores), com e-mail (30%) e página Web (10%) (Figura 3).

Em matéria de relações de cooperação e concorrência, 50% dos inquiridos cooperam com outros agentes locais e apenas 19% salientam que há concorrência. Os contactos com o outro lado da fronteira são reduzidos, apenas 14% dos operadores já participaram em feiras mas 85% mostraram interesse em participar em futuros intercâmbios e eventos transfronteiriços (Figura 4).

Figura 4: Relações em rede versus em cooperação



CONCLUSÕES

O desenvolvimento sustentável, assente na expansão da Agricultura Biológica, é uma estratégia de desenvolvimento que deve ser implementada na BIN, à semelhança de outras regiões do país. Esse desenvolvimento passa obrigatoriamente pela sensibilização dos consumidores e pela criação de pontos de distribuição e venda. A exportação é uma das estratégias que deve ser potencializada para alavancar este modo de produção. Os produtores Biológicos e as suas Organizações têm de utilizar uma estratégia que promova de forma sistemática os contactos com os importadores comercializadores dos seus produtos nos mercados dos países ricos. A partir do potencial de comercialização destas empresas é possível promover no terreno as produções, seja junto dos produtores já instalados, seja promovendo o aparecimento de novos produtores. A exportação seria assim o motor no desenvolvimento e rentabilidade da fileira da Agricultura Biológica, podendo, em poucos anos, transformar a Agricultura Biológica em Portugal numa alternativa efectiva à agricultura hoje predominante.

Importa ter presente que a ideia do MPB é fácil de promover junto de novos potenciais agricultores porque continua muito arraigada nos portugueses a ideia que é a mesma agricultura que se praticava há trinta ou quarenta anos atrás. Contudo, a agricultura biológica distingue-se dos sistemas agrícolas, dado que requer um maior conhecimento técnico para manter o ecossistema em equilíbrio, sendo necessário encontrar alternativas naturais no combate às pragas e doenças, na manutenção da fertilidade dos solos, etc. O conhecimento da natureza, dos solos e climas locais, aliados aos conhecimentos técnico e científico são fundamentais para obtenção de produções de elevada qualidade sem incorrer em danos ambientais.

É igualmente necessária uma enorme divulgação junto do público em geral e uma mudança de atitude dos nossos governantes que têm que reconhecer na implementação da agricultura biológica uma alavanca para o desenvolvimento do país e para a valorização do meio rural nacional. Este tipo de agricultura não pode ser feito só pelos operadores: tem que haver um empenho das entidades públicas porque é um sector onde a confiança e a credibilidade jogam um papel fundamental. É preciso divulgar a ideia de que não se trata de um nicho da agricultura nem de uma elite: é muito mais do que isso, é um modelo eficiente e sustentável de produção de alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Covas, A. 2006. A nova ruralidade no século XXI: elementos para uma abordagem teórica. (<http://www.sier.org/sier2/pdf/novaruralidade.pdf>). Acedido: 13/11/2009.
- Covas, M. 2007. A Nova ruralidade como problemática educacional e como oportunidade para o desenvolvimento: algumas reflexões a propósito. (http://www.ela.uvora.pt/download/ELA_desenvolvimento_rural_04.pdf). Acedido: 13/11/2009.
- Diniz, F. e Gerry, C. 2002. A Problemática do Desenvolvimento Rural". In Costa, J. (ed), *Compendio de Economia Regional*, APDR, Coimbra, 535-570.
- DIRECCION DE SALAMANCA. 2008. CTBM-SAL2-SP2.P56/03. Directório Transfronteiriço Produtores Biológicos e Artesanais. Salamanca.
- FIRMINO, A. 2007. Guia das Explorações de Agricultura Biológica: uma Estratégia de Desenvolvimento para as Áreas Rurais Portuguesas (<http://www.fosh.url.pt/gabi/>).
- Lowe P. 2000. The Challenges for rural development in Europe. *5th European Conference on Higher Agriculture Education*. (Universidade de Plymouth, Inglaterra)
- Lowe, P.; Murdoch, J.; e Neil, N. 1995. Neil Networks in Rural Development: Beyond Exogenous and Endogenous Models. In: Van Der Ploeg, J.; Dijk, G. Beyond Modernization: The Impact of Endogenous rural development. Assen (The Netherlands); Royal Van Gorcum.
- OECD. 2006. The New Rural Paradigm. Policies and Governance. *OECD Rural Policy Reviews*, OECD Publishing, Paris.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS. (2004). Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (2004-2007), Disponível em (http://www.biologicaonline.net/pdf/attachments/DataBase/resumo_agr-bio.pdf)
- REGULAMENTO (CE) Nº 834/2007 do Conselho de 28 de Junho. Jornal Oficial das Comunidades.
- Samayo, D. 2008. O Papel do Desenvolvimento Rural para a Coesão dos Territórios: Novas Perspectivas para o Meio Rural Algarvio. *Actas do III Congresso de Estudos Regionais* (III CER), Faro. Universidade do Algarve.
- SCHULTMAN, A. e BERDESUÉ, J. 2003. Desarrollo Territorial Rural. RIMISP, Santiago do Chile.
- Tiêro, L.; Cristóvão, A.; e Azeu, S. 2008. "Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Periféricas", in *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 17(1): 5-24.

A SUSTENTABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES LETEIRAS DO ENTRE DOURO E MINHO (EDM) -- O USO DE INDICADORES

SINTÉTICOS DE SUSTENTABILIDADE, DA ESTATÍSTICA

ESPACIAL E DOS SIG

José Santos

Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior Agrária

joms@esa.ipvc.pt

INTRODUÇÃO

As estruturas agrárias portuguesas seguem percursos idênticos aos seguidos pelas agriculturas dos países desenvolvidos: concentração das actividades produtivas em explorações cada vez maiores, mais competitivas, mais envolvidas com os mercados e mais dependentes da globalização da economia mundial. O desaparecimento das explorações dos produtores mais idosos, com menos educação formal, com menor acesso aos recursos financeiros ou aos factores de produção mais escassos, com menor capacidade de inovação, ou localizadas em zonas desfavorecidas, tem sido a consequência mais visível.

No noroeste de Portugal o abandono agrícola é também uma realidade evidente. Apesar da importância social das actividades agrárias, a sua importância económica é decrescente, e a sua contribuição para a ocupação da mão-de-obra activa é cada vez menos relevante. Também a produção de leite de vaca não foi capaz de resistir a estes processos. Imposições políticas internas e externas, alterações nos mercados, e as crescentes obrigações com a preservação dos recursos naturais e do ambiente contribuíram, contribuem para acelerar esta realidade.